

Pastore nega recurso de novo 'empréstimo-ponte'

Das sucursais

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, negou ontem, no Rio, ao retornar do Oriente Médio, que o Brasil já tenha negociado com o Comitê de Assessoramento da fase 2 da renegociação da dívida brasileira a eventual necessidade de recorrer a novo "empréstimo-ponte" para ter os US\$ 3 bilhões de que precisa para fechar o balanço de pagamentos deste ano. Segundo Pastore, a hipótese admitida pelo presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, foi levantada pelo próprio Banco Central há mais de três meses, mas só para o caso de não haver o desembolso do "empréstimo-jumbo" de US\$ 6,5 bilhões.

"Nós continuamos trabalhando para a assinatura do 'empréstimo-jumbo', estamos perto do final das conversações e há possibilidade de efetivarmos o acordo até o dia 31 de dezembro. É evidente, porém, que um "empréstimo-ponte" em uma situação como essa seria estritamente temporário, por uma questão de dias. Mas isso ainda é uma hipótese extraordinariamente remota, da qual não estamos cogitando no momento" — explicou.

Pastore disse que o seu otimismo deve-se ao resultado positivo da sua

viagem ao Oriente Médio, onde manteve conversações com banqueiros, ministros de finanças e presidentes de Bancos centrais de Abu-Dhabi, Arábia Saudita, Kuwait e Bahrein. Em todos os lugares em que esteve, segundo disse, a sua impressão foi a de que a disposição dos bancos é realmente de reconsiderar a posição de não participar do "empréstimo-jumbo" de US\$ 6,5 bilhões.

"Nós só vamos saber o que eles decidiram dentro de dois ou três dias, quando chegarem aos telex, mas acredito que os árabes estão confiantes na recuperação da economia brasileira. Pelo menos não há nenhuma indicação de que não haja a adesão do Oriente Médio ao "jumbo". Essa adesão, aliás, já ocorreu em grande parte, e acho que mais da metade do dinheiro comprometido está assegurada" — observou o presidente do Banco Central.

MORATÓRIA DESMENTIDA

Affonso Celso Pastore classificou de infundada a informação, atribuída a uma alta fonte da área financeira, de que o governo estaria estudando a declaração da moratória interna, em virtude do elevado valor da dívida pública. Disse ter lido a notícia nos jornais ao desembarcar no Rio, e salientou que o que o governo pretende é honrar a sua dívida.